

CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS DE LAZER E COMUNIDADES INDÍGENAS

Giuliano Gomes de Assis Pimentel; Juliana Dias Boaretto; Paulo Caldas Ribeiro Ramos; Nayara Maysa dos Santos; Fábio Alexandre Uema. Grupo de Estudos do Lazer (GEL) da Universidade Estadual de Maringá. *

Resumo

Embora o lazer seja direito constitucional, pouco se sabe sobre como atender as necessidades indígenas em relação a essa temática. Consequentemente há dificuldade em estabelecer políticas públicas multiculturais, que sejam coerentes com as carências e motivações dos índios no campo do lazer. Assim sendo, o objetivo deste trabalho foi problematizar as necessidades dos grupos Xetá, Kaingang e Guarani, no estado do Paraná, no âmbito das políticas públicas, buscando relações com o esporte/lazer. Para tanto, foram realizadas coletas (entrevistas, filmagens, tabulações, descrições de campo) em 15 terras indígenas. Os resultados apontam que cada etnia possui necessidades particulares, mas todas são motivadas para o esporte como um elemento de afirmação da identidade cultural frente ao não-índio e aos outros territórios. No limite desses dados serem preliminares, o estudo busca ainda outras relações, no sentido da inter-setorialidade, a fim de apontar orientações para a implantação de ações estatais junto aos índios do Paraná.

Apoio: Fundação Araucária; Rede CEDES do Ministério do Esporte; Edital Universal do CNPq.

Introdução

Este trabalho relata resultados obtidos por meio de trabalho de campo em terras indígenas do Paraná, indagando a respeito de suas necessidades, em especial, no tocante ao que se convencionou chamar de lazer. Vale ponderar que o conceito lazer não é usual em se tratando de populações não-urbanas, visto ser um fenômeno urbano-industrial. Porém, com a disseminação dos bens culturais pelos meios de comunicação e as estratégias de interface do Ocidente com as populações autóctones, diferentes manifestações não-indígenas já foram encontradas em aldeias paranaenses, havendo demanda entre líderes (caciques) por serviços públicos no campo do lazer esportivo. Nesse sentido, mais especificamente, o artigo apresenta e discute essas necessidades identificadas entre as lideranças das etnias Xetá, Kaingang e Guarani.

Para tanto, são necessários alguns apontamentos preliminares a fim de contextualizar quem é o índio no Paraná na atualidade e, também, situar o entendimento de necessidades (e como isso pode afetar a orientação de políticas públicas de lazer), com o limite teórico em não haver formulações suficientes para compreender em que medida a realidade desses sujeitos difere das regras consideradas universais sobre as necessidades humanas.

Em relação às populações indígenas do Paraná, se considera que existam grupos Xetá, Kaingang e Guarani vivendo em 25 territórios já demarcados, além de outros cinco em processo de disputa (aproximando esses indígenas à condição de ‘sem-terra’). Vale considerar

* DEF/UEM, Av Colombo, 5790, Maringá – PR. 87900-020, Tel (44) 30114315, E-mail: ggapimentel@uem.br

que desses grupos, os Xetá não possuem território específico (devido ao modo como foram quase exterminados entre os anos 1930 e 1960) e que existe alguns Kaingang com parte de sua ascendência na etnia Xokleng (ambos são do Macro-tronco Jê).

De acordo com D'Angelis & Veiga (2009), o povo Jê possui três subdivisões: Centrais, Setentrionais e Meridionais. Os Jê Centrais correspondem aos Xavantes, Xerentes e Xakriabás; os Setentrionais correspondem aos Apaniekrás, Ramkokamekras, Krahô, Pukobye, Parakateyês, Kreyês, Krikatis, Apinayés, Suyás, Mebengokrê (Kayapó/Xikrin) e Tapayunas; e os Meridionais correspondem aos Kaingangs e aos Xoklengs (Laklãnõ).

Os Kaingang são referidos pelos viajantes por diversas designações (Coroados, Guanhanás e Camés), mas algo é comum às descrições: sua disposição para a luta. Desde crianças, os Kaingangs são expostos à luta corporal, tendo seus brinquedos e divertimentos características bélicas. Segundo relato de Piza (1938, p. 209), “desde a tenra idade que as crianças se dedicavam ao exercício do arco e do tacaço [...] os jovens se divertiam com uma espécie de jogo de guerra, imitação de briga verdadeira, que não passava, afinal, de troca violenta de lambadas, dadas com talos de palmito em qualquer parte do corpo”. Essa suposta brutalidade impressionava os viajantes e serviu para retardar os avanços coloniais em território Kaingang.

Na atualidade, certas tradições comuns, como a importância da guerra, as práticas de roubo de mulheres de grupos rivais, o respeito e o temor pelos mortos, as práticas xamânicas e as relações com os espíritos animais não se mostram tão evidentes, sendo necessário observá-las camufladas ou diluídas em atividades cotidianas ou mesmo em práticas originalmente não-índigenas. Esse é o caso, por exemplo, revelado pelo estudo de Fassheber (2006) que identificou no futebol a sobrevivência da dinâmica agonística própria da cultura Kaingang. Assim, o futebol foi incorporado pelos Kaingang como um fator integrador interno e externo (com os não-índios, os Fog), mas, também uma forma de expressar força, coragem e rivalidade, uma vez que o futebol exige confronto.

Já em relação aos Xetá, acredita-se que habitavam a Serra dos Dourados à margem do rio Ivaí. Conforme Mota (1998) os Xetá são pertencentes da mais conhecida e vasta família linguística dos índios que habitavam e habitam o Brasil, sendo estes pertencentes ao tronco linguístico Tupi-Guarani, o mesmo da etnia Guarani e dos extintos Tupinambás. Os Xetá não praticavam a agricultura, sendo que sua alimentação era predominantemente oriunda da caça, pesca e frutas silvestres, dado que eram essencialmente caçadores e coletores.

Dado o genocídio praticado contra esse povo, Mota (1998) estimam que o número de Xetá puros, ou seja, não miscigenados por outras etnias, varie de seis a sete na atualidade. No que se refere aos miscigenados possivelmente estejam entre 99 a 120 habitantes.

Por fim, os Guarani estão organizadas três subdivisões no Paraná:

- Oeste do Paraná e Paraguai: Guarani Nhandéva;
- Litoral do Paraná e São Paulo: Guarani Mbya;
- Norte do Paraná e Mato Grosso do Sul: Guarani Kaiowá.

Essas sub-divisões são fato devido à grande ocupação territorial desse grupo, sendo sua língua considerada pelos europeus no período da colonização como língua geral (cabeça de vaca). Possivelmente, se não houvesse interferência em sua história, haveria até mais separações étnicas entre os Guarani.

Considerando essa realidade dos índios no Paraná, há de se perguntar se, de fato, eles necessitam de lazer. Esse questionamento se vale de algumas interrogações simples: O lazer é uma necessidade universal? Se as sociedades tradicionais não separam trabalho de lazer, como inserir um lazer departamentalizado nesse contexto? É correto para um povo que busca manter suas raízes a oferta de lazer contaminado com o olhar não-índigena? Os índios desejam políticas de lazer quando ainda lutam por aspectos tão básicos, como o direito à existência?

Tais questionamentos, todavia, podem ser nuançados por algumas prerrogativas. Primeiro, a diferença entre as realidades indígenas no Sul e Norte do Brasil. Não se pode mais falar em índios isolados no Paraná, visto que, mesmo indiretamente, as comunicações com a sociedade não-indígena é frequente. Devido às trocas materiais e simbólicas, há interferências que os indígenas não aceitam passivamente, mas re-significam aquilo que lhes interessa, num fenômeno de hibridação cultural. O desenvolvimento de políticas de lazer junto a grupos indígenas pode atuar na geração e eleição de conteúdos e processos específicos para os povos Xetá, Guarani e Kaingang. É contraproducente impor conteúdos predeterminados. Cada realidade parte de tradições e contextos particulares, o que não implica em descuidar da totalidade.

Assim, é pertinente considerar o que dizem os sujeitos dos quais se fala. Assim sendo o estudo consultou líderes indígenas sobre suas necessidades gerais, entre as quais se incluiu a questão do lazer, com enfoque particular ao esportivo. Ao se tratar das necessidades, partilha-se do pensamento de Leontiev (2010), para quem não se pode exatamente classificar as necessidades como secundárias ou primárias. É necessário indagar sobre os motivos associados a cada necessidade, visto que a transformação histórica envolve toda a esfera de necessidades, incluindo aquelas que são condição necessária à existência física do ser humano. Assim,

Embora a satisfação de necessidades vitais continue sendo uma questão "de primeira ordem" para o homem e uma condição inegável de sua vida, necessidades superiores, especificamente humanas, não constituem, absolutamente, apenas formações superficiais assentadas sobre essas necessidades vitais. [...]É fato que o curso geral do desenvolvimento das necessidades humanas começa pela ação humana com vistas a satisfazer suas necessidades vitais elementares; porém, mais tarde isto se modifica, e o ser humano passa a satisfazer suas necessidades vitais para poder agir. Esta é a principal direção do desenvolvimento das necessidades humanas. Entretanto, esta direção não pode ser deduzida diretamente a partir do movimento das próprias necessidades, pois, por trás desse movimento se esconde o desenvolvimento de seu conteúdo objetivo, isto é, os motivos concretos para a atividade humana. (LEONTIEV; 2010, p. 17).

Portanto, ao invés de naturalizar as necessidades, é fundamental encontrar os aspectos motivacionais e os condicionantes materiais relacionados ao lazer como uma possível necessidade indígena na atualidade paranaense. Logo, a necessidade é um dado histórico, passível de mudanças. Logo, cabe à ação humana a investigação e intervenção sobre essa realidade, o que deve ser potencializado pela racionalidade em torno da questão, com a implementação de políticas públicas de lazer para comunidades indígenas.

Bramante (1997) declara que não se pode confundir o lazer, que é uma atividade espontânea, livre e lúdica com o planejamento dessas atividades, o qual deve ser regido por um rigor metodológico. O autor lembra que predominava no atendimento comunitário uma visão autoritária na qual só o especialista sabia programar, montando os famosos “pacotes de atividades”. A partir das teorias críticas da educação e da animação sociocultural, a participação popular começou a ser considerada na formulação desses programas, por dois motivos principais: 1.º) interagir com a comunidade garante maior adesão ao programa; 2.º) a comunidade fica mais autônoma e participativa, encaminhando para a “cidadania cultural”.

Dumazedier (1999) vai falar da necessária planificação do desenvolvimento cultural associado ao lazer. Mas essa planificação, racional, é um modelo ideal, que deve ser

confrontado com a realidade, a qual experimenta diversas desigualdades (gênero, escolarização, valores, classe social, etnia, entre outras). Também não se trata de impor, por métodos científicos, uma cultura oficial definida pelo poder do especialista:

Trata-se de aplicar maior racionalidade ao desenvolvimento cultural, em função das necessidades de cada personalidade, de cada grupo, de cada classe, de cada sociedade. A planificação cultural possibilita detectar melhor as coerções e empregar recursos com maior coerência e eficiência. Ela permite satisfazer o melhor possível as necessidades culturais de uma população, em função dos critérios de preferência escolhidos por ela própria, pelos animadores ou pelos criadores de valores culturais. Estes critérios devem finalmente ser adotados pelos responsáveis políticos. (DUMAZEDIER; 1999, p. 188).

É neste sentido, que qualquer técnica deve ser sempre respaldada por uma filosofia de pensamento e uma metodologia. Por exemplo, a metodologia Ação Comunitária, como um trabalho sócio-educativo que consiste numa intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade, sensibilizá-las para a mobilização e coordenação de lideranças e predispor-las para a ação que vise o encaminhamento de soluções. Esse tipo de programa pode ser considerado como uma alternativa operacional e que estrutura os canais de participação popular.

Ora, animadores que possuem pensamento autoritário não irão conseguir efetivar uma metodologia democrática como a Ação Comunitária. Por outro lado, técnicas de jogos condizentes com a visão de mundo dessa metodologia precisam ser criadas para que exista coerência entre o que se pensa, se diz e se faz. Desta forma, se poderia selecionar dinâmicas de grupo participativas ou até jogos cooperativos como técnicas mais gerais, pois essas técnicas favorecem comportamentos desejados, tais como autonomia, comunicação, trabalho de equipe e engajamento.

Esse breve percurso bibliográfico situa a importância de qualquer estratégia metodológica ser precedida da compreensão da realidade (no caso a indígena) e de suas necessidades concretas. Como as políticas públicas e a Animação Sócio-cultural estão pautadas em experiências numa racionalidade ocidental, é importante ponderar os limites da produção atual. Portanto, se toma humildemente essa investigação como uma aproximação à realidade, visando conhecer para intervir.

Assumindo essas considerações preliminares, reitera-se que o projeto de pesquisa, com financiamento da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer e do Conselho Nacional de Pesquisa, consiste em responder: “Quais são as políticas públicas relacionadas a esporte/lazer nas aldeias indígenas do Paraná, como ocorrem e qual sua efetividade? Quais são as manifestações culturais recorrentes entre Kaingang, Xokleng, Xetá, Guarani-Mbya, Guarani-Nandewa que precisam ser valorizadas e reconhecidas por essas políticas?” “Quais adaptações devem ser implementadas para viabilizar programas de esporte e lazer em aldeias?”.

Toma-se aqui a necessidade de verificar a cultura local e o alcance dos projetos já existentes nessas comunidades, evidenciando possibilidades de intervenção apropriada para os povos indígenas na forma de novas políticas e programas. Nesse sentido, como investigação, foram tomados os seguintes propósitos:

* Analisar as práticas corporais recorrentes entre as comunidades indígenas no Estado do Paraná, incluindo a memória dessa cultura corporal entre as gerações retentoras das tradições desses grupos.

- * Avaliar o impacto e repercussão das políticas sociais de esporte/lazer nas comunidades indígenas do Paraná, traçando paralelos com demais políticas públicas.
- * Identificar carências e potencialidades para implantação ou aperfeiçoamento de políticas esportivas de lazer (em diferentes esferas de intervenção) nas comunidades estudadas, correlacionando-as com os temas lazer, infância, saúde, meio ambiente, geração de renda (trabalho), festas, educação e cultura corporal (esportes, ginásticas, lutas, danças, jogos).
- * Propor estratégias metodológicas para organização do esporte e lazer em aldeias.

Vale destacar que o presente artigo perpassa por esses objetivos, trazendo reflexões preliminares. Como tratamos das políticas públicas e manifestações relacionadas a “minorias” étnicas, com histórico de resistências ao longo da história brasileira, é plenamente desejável obter conhecimento que se dirija à especificidade do grupo estudado mas, também, permita o estabelecimento de comparações, o que pode ser útil ao gestor no tocante à percepção de problemas comuns e das particularidades de cada comunidade.

Aspectos metodológicos

O projeto é desenvolvido com comunidades indígenas no Estado do Paraná a partir da combinação de diferentes técnicas: observação participante, entrevista, filmagem e análise de documentos. Assim, embora o estudo com comunidades indígenas não se volte para o sistema educacional, a terminologia “estudo do tipo etnográfico” será utilizada à medida que alguns procedimentos da etnografia serão seguidos e não a etnografia em si.

Foram realizadas incursões a 15 de um total de 30 comunidades, feitas por pesquisadores da UEM auxiliados por nove bolsistas do projeto. Os dados coletados foram transcritos no diário de campo e analisados a partir de categorias próprias do estudo, surgidas do contato com os indígenas.

Os procedimentos básicos relativos à Ética em Pesquisa com Seres Humanos são adotados, cumprindo com os critérios necessários para o desenvolvimento de pesquisas dessa natureza. Os pesquisadores, antes da viagem, fazem contato com líderes e solicitam autorização, a qual é confirmada no ingresso ao território, por meio de assinatura do termo de consentimento. O tempo de permanência em cada território variou entre três dias e uma semana.

Resultados

O projeto, até o momento, alcançou os seguintes territórios: Tekohá Ocoí; Tekohá Añetete; Tekohá Itamarã; Pinhalzinho; Laranjinha; Barão de Antonina; São Jerônimo; Ívai; Araçaí; Ilha da Cotonga; Guaraguaçu; Cerco Grande. Em territórios indígenas mais estruturados, existem campos de futebol (muitos deles ocupando a centralidade do espaço da aldeia), postos de saúde, quadras e escolas. Esses ambientes representam a presença do governo, respaldado por algumas políticas, como o fornecimento de eletricidade e moradias. Há uma tendência crescente dos líderes necessitarem elaborar projetos para obtenção de recursos setoriais, com aquisições muitas vezes redirecionadas para finalidades diferentes das projetadas inicialmente.

Entre os Kaingang existe a sobrevivência por meio da agricultura, do artesanato e, também, do arrendamento de terras. Possuem os territórios com maior extensão territorial, em parte decorrente de sua resistência ao processo de colonização. Confirmando estudo de F Fassheber (2006), os Kaingang valorizam o futebol como expressão de sua força étnica, sendo um esporte praticado inclusive pelas mulheres. Na maior parte das terras visitadas, a língua

nativa é falada fluentemente, inclusive entre entrevistados antes de decidirem o que falarão. Conforme levantamentos epidemiológicos, parte da população sofre de parasitopatias, tendo uma média de obesidade infanto-juvenil idêntica à média nacional de não-índios. Há alcoolismo, violência doméstica, ociosidade e contaminação por doenças transmissíveis, inclusive HIV. Logo, falar de política de lazer, remete à inter-setorialidade dos programas.

Já os Guarani vivem realidades diferentes conforme cada facção. Os moradores do litoral (Guarani Mbya) vivem em número aproximado de 118 pessoas, vivendo em pequenos territórios. Estão organizados com outros Mbya, residentes no estado de São Paulo, onde, inclusive, participam de eventos esportivos indígenas. Os Guarani Kaiowá também possuem pequena população, dividindo o território de Laranjinha com os Nhandéva. Estes, por sua vez, estão distribuídos em mais territórios, incluindo a busca pela demarcação de novas áreas.

Por fim, foram analisadas as necessidades do povo Xetá. Dentre elas, há uma forte e unânime reivindicação sobre a questão agrária, pois sempre se recordam ser um povo sem terra, que estão perdendo sua identidade. Relatam que estes fatos são os maiores causadores de dependência em relação ao “branco” e outras etnias.

Outro aspecto notado é a questão da Língua, pois atualmente apenas dois representantes têm fluência na língua. Os representantes da presente etnia ressaltam que sua língua é imprescindível para o resgate cultural e manutenção de sua cultura frente à atual sociedade. Mostrou-se pertinente a preocupação com as gerações Xetá vindouras. Os mais velhos se preocupam com a forte influência da sociedade envolvente em detrimento de costumes antigos. Segundo relatos colhidos de Claudemir representante da etnia na reserva indígena de São Jerônimo:

Não temos mais as brincadeiras bem legal que a gente tinha. Todo mundo se respeitava. Hoje não. A piaçada de 10, 8 e 9 anos, em adiante só pensa o que não presta e só vai para o mal caminho. Hoje você não vê um pia pegar e passar um dia na beira do rio pescando. Eele já não quer acompanhar o pai mais numa pescaria, passar um fim de semana junto com o pai. Eles querem mais estar junto da piaçada; querem seguir o ritmo da sociedade.

Outro relato que consideramos relevante em nossa análise é do Julio, cacique representante da etnia na reserva de São Jerônimo. Ele descreve a atual situação de seu povo:

A gente está tentando buscar a cultura dos antepassados nossos, como a luta corporal, a gente tá precisando de um carro para deslocar os jovens para jogar bola(...) e ver o que podemos estar resgatando para as crianças poderem brincar e é isso, fico até emocionado de falar,(...) na verdade também queria fazer tiro ao alvo né? Arco e flecha na minha cabeça eu acho que deveria ter, para regatar os antepassados, pois até agora não vi ninguém fazendo isso.

Em relação à perda dos traços culturais, os Xetá consideram a condição de desprovidos da terra como um elemento agravante. Paradoxalmente, quando expulsos nos anos 1950 e 1960, eles eram nômades, que caçavam e coletavam seus alimentos, vivendo numa estrutura pré-histórica. Enfim, mesmo a organização de um território não garante a reprodução de sua base original de vida material. Enfim, a cultura não pode ser vista como algo inerte, sem transformações. Nesse sentido, por mais traumática tenha sido a dissolução de sua coletividade, os Xetá não retornarão às condições iniciais de sua existência cultural.

Terão que se reinventar a partir da combinação de novos elementos.

Certamente não cabe nos limites deste artigo uma análise mais aprofundada do discurso desses sujeitos, mas vale apontar certa recorrência entre os indígenas do pensamento conversador, que idealiza as relações no passado como mais harmônicas. Esse tipo de romantismo, inclusive já debatido em relação ao lazer, deve ser diferenciado da luta por um povo em se autodeterminar socioculturalmente. Enfim, a discussão dos limites da cultura local frente à cultura dita universal é um debate corrente na atualidade e possui desdobramentos sérios nas políticas públicas. Para tanto, é essencial compreender a lógica interna do grupo Xetá, de forma a situá-lo multiculturalmente frente aos imperativos de um Estado de Direito no contexto brasileiro.

No que se refere aos mais jovens e suas atividades corporais notamos a presença do futebol, bem como vídeo games. Segundo os jovens: “*Nosso campo é de chão mesmo, muitos jogam descalços mesmo, até sair sangue do pé (...) Quando não têm bola é vídeo game mesmo*”. Quando perguntados sobre que jogos gostam, relataram: “*Jogamos Playstation II, a gente curte Dragon Ball e outro jogo de luta. Achamos muito interessante*”.

Embora existam algumas demandas específicas, o quadro geral aponta reivindicações comuns, especialmente no tocante a apoio para times de futebol. Interessante notar que elas se diferem entre líderes esportivos e líderes políticos. Os líderes políticos tocam em ações ligadas às construções enquanto os líderes esportivos clamam por deslocamento e material. É importante para o cacique possuir estrutura para receber os times visitantes (sejam eles indígenas ou não-indígenas). Em movimento contrário, os líderes esportivos, jogadores e técnicos manifestam interesse na viagem aos outros campos, o que parece manter relação arcaica com o nomadismo indígena.

É importante frisar que todos os grupos realizam como tradição o deslocamento entre territórios, seja em função de casamentos ou mesmo por expulsão de dissidentes, os quais devem ser acolhidos em outra terra, conforme deliberação do Conselho Indígena do Paraná. Em função desses deslocamentos e da presença de indígenas nas cidades, especialmente para venda de seus produtos, um problema recorrente é o atropelamento (MOTA, 2000).

Considerações finais

Os indígenas, assim como as demais sociedades, também evoluíram com o passar do tempo. A idéia de que os moradores das aldeias vivem isolados das cidades, não tem ligação alguma com a tecnologia e se utilizam da cultura de subsistência para sobreviver, não dependendo do capital financeiro tornou-se folclore. Muitas vezes, a visão que grande parte da sociedade não-indígena possui não passa de identidades criadas pelos índios para atrair turistas.

O etno-desporto indígena caracteriza-se pela capacidade que os integrantes de cada povo têm de adaptar-se aos esportes modernos e incorporá-los nas terras indígenas, porém sem perder a identidade étnica do seu povo (FASSHEBER, 2006). Caracteriza-se também pela transformação das próprias tradições indígenas em tradições provenientes do contato com povos não-índios, expressando um processo de novos significados de valores culturais.

Logo, o esporte, como lazer ligado à auto-afirmação de um grupo, parece motivar a necessidade dos índios por ações mais estruturadas nesse campo. Porém, não basta a simples construção de quadras ou implantação dos programas existentes. Há particularidades que podem arruinar uma política antes mesmo de sua efetivação em terras indígenas. No tocante às reivindicações pelos direitos ocorre que os grupos se organizam e lutam conjuntamente, como visto nos protestos sobre a reforma estrutural da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 2010. Por outro lado, internamente existem disputas pela representatividade. Veladamente se evidencia que cada um desses grupos reivindica para si uma maior autenticidade sobre quem melhor representa uma suposta pureza étnica. Essa disputa simbólica também ocorre

entre Guarani e Kaingang sobre quem seja 'índio de verdade'.

Nesse sentido, um primeiro aspecto essencial à organização das políticas públicas é estabelecer mecanismos eficientes a fim de não reproduzir essas disputas, nem pender para um lado. Enfim, antes da implementação dos programas, é necessário compreender e dominar esses aspectos que interferem no contato entre o poder institucional e as lideranças indígenas. A fim de ilustrar essa preocupação, foi realizado pelo projeto, no modelo de co-gestão, um torneio de futebol indígena, no campus da universidade. Houve maior quantidade de times de uma etnia, o que foi insinuado pela outra que seria proposital, uma vez que o gestor indígena do evento era daquela etnia com superioridade numérica de equipes.

Esses aprendizados são fundamentais para organizar e repensar as necessidades esportivas dos índios do Paraná, considerando outras vozes (como dos velhos e crianças) ainda pouco coletadas neste trabalho. Enfim, em se tratando de uma outra cultura, são necessárias novas análises e observações, abarcando o esporte na totalidade da vida indígena. A partir dessas contínuas aproximações, a proposta desta pesquisa é realizar um arranjo teórico-metodológico para geração de conhecimento e estratégias de ação, buscando elaborar programas de intervenção do Ministério do Esporte mais diretamente, bem como avaliar as políticas de forma geral (saúde, educação, meio ambiente, trabalho, entre outras).

Referências

BRAMANTE, A. C. Qualidade no gerenciamento do lazer. In: BRUHNS, H. T. (Org.). **Introdução aos Estudos do Lazer**. Campinas - SP: Ed. da UNICAMP, 1997, p. 123-153.

D'ANGELIS, W.; VEIGA, J. **Portal Kaingang**. Disponível em: <<http://www.portalkaingang.org/index.htm>>. Acesso em 16 de maio. 2009.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FASSHEBER, J. R. M. **Etno-Desporto Indígena**: contribuições da Antropologia Social a partir da experiência entre os Kaingang. Tese de Doutorado em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

LEONTIEV, A. N. Actividade Consciência e Personalidade. [1978] In: **The Marxists Internet Archive**. Disponível em: <<http://www.marxists.org>>. Tradução para o português: Maria Silvia Cintra Martins, Acessado em 22 de setembro de 2010.

MOTA, L. T. **As cidades e os povos indígenas**: mitologias e visões. Maringá: Eduem, 2000.

MOTA, L. T. Os índios Xetá na Província Paranaense (1853-1889), **Pós-História**, Assis-SP, v. 6, p.175-189, 1998.

PIZA, M. Notas sobre os Caingangs. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. n 35: 199-209. São Paulo, 1938.